

Agricultura familiar ganha regras

Projeto que estabelece diretrizes para a formulação de políticas públicas destinadas à agricultura familiar foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Representantes da Contag participaram da reunião. **Página 2**



Entre senadores, empresários e líderes sindicais, Renan afirma que projeto "dá mais transparência às relações entre Estado e cidadania"

Nota deve informar quanto comprador paga de imposto

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem anteprojeto de lei que assegura ao consumidor informação sobre os valores de todos os impostos que está pagando. Acompanhada de mais de 1,5 milhão de assinaturas, a proposta foi entregue pelo líder empresarial Guilherme Afif Domingos. Renan disse que o projeto poderá ir logo à votação. **Página 3**

Recuperação para usuário de drogas

Comissão de Constituição e Justiça aprova projeto que cria sistema antidrogas e sujeita usuário a programas de tratamento

E mendas apresentadas por senadores estabelecem que a autoridade judicial poderá determinar a detenção, por seis meses a dois anos, do usuário que descumprir penas de advertência, prestação de serviços à comunidade ou comparecimento a programas educativos. **Página 5**

Jone Araújo



Projeto que define medidas de prevenção ao uso de entorpecentes gerou polêmica na reunião presidida por Antonio Carlos Magalhães

Menor de 18 e maior de 50 podem ter direito a férias parceladas

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto de Sérgio Zambiasi que estende o fracionamento de férias aos trabalhadores menores de 18 ou maiores de 50 anos. A proposta será submetida a nova votação. **Página 7**

Célio Azevedo



Antônio Carlos Valadares (E) preside reunião da CAS que aprovou ainda benefício a carteiros

Proposta: música deve ser levada à escola

Cantores e compositores como Fernanda Abreu e Gabriel o Pensador defendem leis que incluam a música na educação e garantam a diversidade na programação musical das rádios. **Página 8**

Célio Azevedo



Sérgio Cabral e Ideli conversam com Fernanda Abreu na reunião de subcomissão

Proposição estabelece conceitos, princípios e instrumentos para formulação das políticas públicas direcionadas a empreendimentos familiares rurais

Comissão aprova diretrizes para a agricultura familiar

Por unanimidade, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem o projeto que estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar (PLC 32/06).

Com parecer favorável de Ana Júlia Carepa (PT-PA), o projeto define que a Política Nacional de Agricultura Familiar e de Empreendimentos Familiares Rurais observará, entre outros princípios, os da descentralização, da sustentabilidade ambiental, social e econômica, da equidade na aplicação das políticas, respeitando

os aspectos de gênero, geração e etnia, e o da participação dos agricultores familiares na formulação e na implementação dessa política nacional. Representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e de outras entidades compareceram à reunião.

Ana Júlia afirmou que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado por decreto presidencial, precisa ser institucionalizado por uma lei com princípios e diretrizes claras. A agricultura familiar é responsável por 4,1 milhões de empreendimentos agrícolas que

ocupam 12 milhões de trabalhadores. Esses agricultores respondem por 40% do valor bruto da produção agropecuária do país, segundo a relatora.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que o projeto é “o caminho acertado para fazer o país crescer e aumentar empregos na agricultura”, e que o governo do PT começa a dar prosseguimento a um programa iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso. Pedro Simon (PMDB-RS), Flávio Arns (PT-PR), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Sibá Machado (PT-AC) também registraram seus votos favoráveis à proposição.



Sérgio Guerra (D) e Flávio Arns, presidente e vice da CRA, que aprovou projeto da Câmara

José Cruz

João Alberto festeja nova agência da Previdência no MA

João Alberto Souza (PMDB-MA) comemorou a inauguração de uma agência da Previdência Social em Grajaú (MA) ocorrida no dia 26 de maio. O parlamentar ressaltou que essa agência também facilitará o atendimento à população dos municípios de Arame, Itaipava do Grajaú, Formosa da Serra Negra e Sítio Novo.

– O município de Grajaú tem cerca de 60 mil habitantes, que, até então, tinham de se deslocar a Imperatriz para ter acesso aos serviços da Previdência – disse.

João Alberto também elogiou a cobertura do evento feita pela TV Senado.

Suplicy quer explicações do Banco Central sobre definição da taxa Selic

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou a vinda do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e dos demais diretores do banco à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para prestar esclarecimentos sobre a forma como os membros do Comitê de Política Monetária (Copom) definem a taxa básica de juros, a Selic. Outro assunto a ser tratado por Meirelles na CAE será a expectativa dos 14,5 mil aposentados e pensionistas, representados pela Associação dos Funcionários Aposentados do Banespa (Afabesp), que aguardam, há dez anos, uma definição do BC para a preservação de suas garantias e direitos adquiridos na aposentadoria.

Suplicy também cumprimentou o PSDB e o PFL pela aliança



Suplicy diz que vai cobrar informações de Meirelles sobre situação de aposentados

firmada, e por terem chegado a entendimento definitivo sobre seus candidatos. Aproveitou para informar que, em jantar com a bancada do PT e parlamentares da base do governo, sugeriu o nome do senador Pedro Simon (RS), do PMDB, para compor chapa com o presidente Lula nas eleições de outubro, caso não se confirme a candidatura do atual vice-presidente José Alencar.

Roosevelt Pinheiro

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

MP das Domésticas é um dos itens que trancam pauta

A sessão é deliberativa e começa às 14h. As votações continuam trancadas pelos projetos de conversão de medidas provisórias, com destaque para o que permite a dedução, no Imposto de Renda, da contribuição previdenciária paga sobre salários de empregados domésticos com carteira assinada. A ideia é incentivar a formalização do vínculo empregatício.

CRE: embaixadores e tratados internacionais

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se às 9h30 para analisar a mensagem do Executivo com a indicação de Antonino Lisboa Mena Gonçalves para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Suécia e, cumulativamente, na Letônia. Também estão em discussão tratados internacionais.

Encontro Verde

O Auditório Petrônio Portella do Senado Federal sedia hoje o último dia do IV Encontro Verde das Américas, fórum que objetiva discutir e propor soluções sustentáveis para as principais questões socioambientais do país e do hemisfério.

Espaço Cultural

O programa *Espaço Cultural* da TV Senado traz entrevista com o músico carioca Arthur Maia, considerado pela crítica especializada um dos maiores baixistas do mundo. A atração vai ao ar no sábado, à meia-noite, e no domingo, às 14h30.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Demostenes Torres, Jefferson Péres, Romeu Tuma, Gilberto Mestrinho, Magno Malta, Antônio João e Flávio Arns



Durão Barroso (D) cumprimenta João Batista Motta na presença de Renan Calheiros

Renan debate integração com presidente da Comissão Européia

Em visita oficial ao Brasil, o presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, foi recebido ontem no Senado pelo presidente Renan Calheiros. No Salão Nobre, Renan e Durão conversaram sobre as experiências de criação e implantação da União Européia e do Mercosul.

Renan Calheiros disse que a Câmara dos Deputados e o Senado estão se preparando para votar a criação do Parlamento do Mercosul, informando que a proposta tem como modelo o Parlamento Europeu e a própria Comissão Européia. O senador revelou que a maior dificuldade encontrada para a criação do Parlamento do Mercosul foi o estabelecimento da proporcionalidade dos membros de cada país. Ele explicou que a saída negociada, num primeiro momento, adotou uma regra de transição em que todos os países terão o mesmo número de membros (16).

Durão afirmou que a União Européia (UE) tem 25 países hoje e passará para 27 em janeiro do próximo ano, com a entrada da Bulgária e da Romênia, o que totalizará mais de 500 milhões de habitantes sob o guarda-chuva do bloco. Na Europa, acrescentou Durão, procurou-se evitar a marginalização de países menores aumentando o número de parlamentares, mas não em uma base simétrica, onde todos os países têm o mesmo número de representantes.

Para Durão Barroso, faz sentido um acordo bilateral entre a UE e o Mercosul, não apenas no aspecto econômico, mas também no sentido de maior integração política. Ele assegurou que está trabalhando para que esse acordo se torne realidade, e disse esperar um entendimento na próxima rodada de negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC), em Doha, no Qatar.



Malta: declarações do presidente da Bolívia são covardes e inconseqüentes

Para Malta, Morales deve ser considerado *persona non grata*

Magno Malta (PL-ES) declarou que apresentará requerimento à Mesa do Senado para que o presidente da Bolívia, Evo Morales, seja considerado *persona non grata* no Brasil. O senador disse que seu requerimento foi motivado pelas “afirmações e insinuações covardes e inconseqüentes” de Morales sobre as atividades da Petrobras na Bolívia e sobre a anexação do Acre ao Brasil.



Segundo Saturnino, governos do Brasil, da Venezuela e da Bolívia não são populistas

Saturnino contesta críticas de Durão Barroso

Roberto Saturnino (PT-RJ) defendeu as políticas de distribuição de renda praticadas pelos governos do Brasil, da Venezuela e da Bolívia. Para ele, classificá-las de populistas, como fez o presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, é indevido. “O objetivo da economia não é simplesmente aumentar a produção; é promover o bem-estar da população”, destacou.

Ao receber anteprojeto com mais de 1,5 milhão de assinaturas, presidente do Senado afirma que cidadão tem o direito de saber quanto está entregando ao governo

Empresários propõem que nota fiscal informe valor de impostos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem, do presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp), Guilherme Afif Domingos, e de outros líderes empresariais, o anteprojeto de lei destinado a garantir ao cidadão informações a respeito dos impostos que paga pelos bens e serviços que consome. A entrega do documento, acompanhado de 1 milhão e 560 mil assinaturas, foi feita ao meio-dia, na rampa de acesso ao Salão Negro do Congresso.

Ao receber o anteprojeto, Renan afirmou que o cidadão pagador de impostos tem o direito de saber quanto está entregando ao governo e qual a contrapartida que o poder público deve oferecer, em termos de prestação de serviços como saúde, educação e segurança. “É um projeto absolutamente prioritário, porque dá mais transparência às relações entre Estado e cidadania”, destacou. A matéria inicia sua tramitação no Legislativo assinada por Renan Calheiros e líderes partidários.

Além de Afif, do presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, e de vários senadores, uma multidão entrou no prédio do Congresso, trazendo as caixas contendo as assinaturas.



Manifestantes chegam ao Congresso Nacional com caixas repletas de assinaturas

Referindo-se ao tapete vermelho estendido na entrada do Salão Negro, o presidente do Senado ressaltou que ele será colocado sempre que o povo vier à Casa trazer suas proposições.

Renan também informou que tão logo a pauta do Senado seja desobstruída esse projeto poderá ser colocado em votação.

O senador afirmou ainda que o Congresso é o retrato da sociedade brasileira e que é munido dessa preocupação que se tem conduzido à frente do Senado. E observou que, quando havia dúvidas em relação à instalação das CPIs que investigaram o governo desde o ano passado, envidou seus esforços para que tudo fosse esclarecido.

Da mesma forma, quando da

solicitação de CPI para investigar, este ano, parlamentares acusados de envolvimento na Operação Sanguessuga, foi pessoalmente à Procuradoria Geral da República conhecer o curso das investigações que ali se realizavam.

O anteprojeto

Está no artigo 150 da Constituição a exigência de que uma lei esclareça os consumidores acerca dos impostos que incidem sobre mercadorias e serviços no país. O anteprojeto entregue a Renan Calheiros estabelece que na nota, cupom fiscal ou qualquer documento equivalente, no ato de uma compra, se informe claramente quanto está sendo cobrado de tributos federais, estaduais e municipais.

“Sentimento de vigilância sobre o Estado”

Os senadores Jorge Bornhausen (SC), presidente do PFL, José Agripino (RN), líder do PFL, Romero Jucá (RR), líder do governo, e Ney Suassuna (PB), líder do PMDB, foram alguns dos parlamentares presentes à solenidade em que o presidente do Senado recebeu o anteprojeto de lei que torna obrigatória a informação sobre os impostos pagos em cada mercadoria ou serviço vendido no país.

Primeiro a discursar na solenidade, Afif Domingos assinalou que, no Brasil, o cidadão desconhece os impostos que recolhe na compra de mercadorias e, por essa razão, sente-se intimidado na hora de cobrar a prestação dos serviços que o Estado lhe deve.

Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, fez menção a alguns impostos devidos pelos brasileiros, entre eles o cobrado na cachaça, que chega a 80% da cifra paga pelo consumidor.

Também falando na solenidade, José Agripino destacou que os cidadãos autores desse anteprojeto estão fazendo história.

– Nenhum projeto vai despertar tanto o sentimento de vigilância sobre o Estado, nenhum vai traduzir tão bem o direito que o cidadão tem à prestação do serviço público – observou o líder do PFL, ao afirmar ainda que, quanto mais imposto uma empresa paga, menos empregos ela oferece.

Suassuna fez um discurso igualmente otimista sobre o poder do projeto. Ressaltou que a matéria atrairá o apoio de todos os partidos, “porque este é um projeto cidadão, é um projeto que interessa a todos”. Referindo-se ao poder cobrador de impostos, Ney Suassuna afirmou ainda que o consumidor brasileiro convive hoje com “um sócio oculto, que leva o que quer e só dá o que quer”.

Romero Jucá frisou que é intenção do governo que a matéria seja debatida e votada e que traga maior transparência às relações do poder público com a sociedade.

– Vamos discuti-la e aperfeiçoá-la ainda mais – anunciou.

Iris alerta para conseqüências da crise no mercado financeiro



Iris de Araújo

Iris de Araújo (PMDB-GO) advertiu para as conseqüências da crise no mercado financeiro para o setor produtivo. No seu entendimento, por mais que se tente blindar a economia contra fatores externos, não há como evitar que a instabilidade do mercado afete “quem lida diretamente com a labuta diária: os produtores rurais”.

A senadora culpou a manutenção da política econômica que beneficia apenas os bancos e o capital especulativo pela instabilidade do mercado financeiro e suas conseqüências. Segundo ela, enquanto o conjunto produtivo nacional enfrenta dificuldades, os bancos nunca lucraram tanto.

Sibá: “Brasil está superando suas dificuldades econômicas”

Sibá Machado (PT-AC) avaliou como positiva a taxa de crescimento da economia divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): o produto interno bruto (PIB) brasileiro é 1,4% maior do que o do último trimestre de 2005. Se comparado ao mesmo período do ano passado, o crescimento foi de 3,4%.

– Isso mostra que o Brasil está superando suas dificuldades econômicas e que será capaz de resistir aos percalços da economia norte-americana – observou, referindo-se à possibilidade de alta dos juros nos Estados Unidos.

Sibá afirmou que o número anunciado pelo IBGE foi propiciado pela queda dos juros no Brasil, pelo aumento da oferta de crédito e conseqüente expansão do comércio, pelos incentivos fiscais, pelas políticas de distribuição de renda e pelo reajuste do salário mínimo.

Flexa Ribeiro lamenta adiamento de audiência sobre a Lei Kandir



Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou o adiamento, para o dia 20 de junho, da audiência que seria realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir a regulamentação da Lei Kandir. Segundo o senador, é necessário que se encontre uma maneira justa de a União ressarcir os estados exportadores pelas perdas em sua arrecadação tributária.

O parlamentar também comentou audiência pública promovida pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) sobre o atendimento, pelo Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), dos planos de manejo sustentável do Pará.

Para Tebet, lacuna na legislação prejudica política de saneamento

A necessidade de um marco regulatório para o saneamento básico no Brasil foi destacada ontem pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que saudou a escolha de César Borges (PFL-BA) para a presidência da comissão mista temporária que irá sistematizar os projetos que dão ordenamento ao setor.

Tebet lembrou que “a Constituição de 1988 não estabeleceu de quem é a competência nessa área, se da União, dos estados ou dos municípios”. Com essa lacuna na legislação, frisou ele, estados e municípios decidem, cada um, “a política que acham melhor”.

O senador afirmou que há, na maioria dos casos, companhias estaduais de saneamento básico, mas também existem municípios que se responsabilizam por esses serviços, além de outros que optaram por “privatizar” essas atividades. Como



Tebet lembra que rede de esgoto chega a apenas 40% da população

exemplo deste último caso, o parlamentar citou a capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

Tebet estima que tramitem no Congresso mais de 20 projetos sobre saneamento, os quais, segundo observou, “não receberam, durante sucessivos governos, a devida atenção”.

Ao analisar a situação do país em termos de saneamento, Tebet ressaltou que “somente 76% da população brasileira é servida de água e apenas 40% de esgoto”.

César Borges é o presidente da Comissão Mista de Saneamento

Colegiado, que coordenará a elaboração de um marco regulatório para o setor, terá 30 dias para tentar conciliar a proposta do Senado e a do Executivo, que tramita na Câmara

A Comissão Mista de Saneamento escolheu ontem, por aclamação, seus dirigentes, que deverão coordenar a elaboração de um marco regulatório para a área de saneamento básico. Como presidente foi escolhido o senador César Borges (PFL-BA) e para vice-presidente o deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS).

Após a abertura da reunião pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), César Borges assumiu a presidência e designou o deputado Júlio Lopes (PP-RJ) como relator. O senador informou que o colegiado, no prazo de 30 dias, tentará conciliar o PLS 155/05 com o PL 5.296/05, do Executivo, em tramitação na Câmara.

– O projeto que nascer dessa comissão terá a possibilidade de



César Borges (D) designou o deputado Júlio Lopes relator do colegiado

trâmite mais rápido, pois já terá o apoio das duas Casas – disse.

César Borges alertou para o risco de se tratar a questão do marco regulatório do saneamento básico segundo critérios partidários.

– Não podemos aceitar que um projeto em benefício da po-

pulação seja transformado em ideologia – afirmou.

Júlio Lopes adiantou que seu trabalho deverá se basear no modelo de acordos firmados entre a Companhia de Saneamento de Minas Gerais e municípios do estado.

Pavan cobra a aprovação de empréstimo a Santa Catarina



Leonel Pavan

Leonel Pavan (PSDB-SC) cobrou ontem do governo federal a aprovação de empréstimo a ser contratado por Santa Catarina com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos, que serão obtidos por meio do Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Sul (Prodetur Sul), destinam-se ao desenvolvimento da atividade turística na região.

Ao exigir a liberação do dinheiro, Pavan lembrou que os estados nordestinos, juntamente com o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, receberam um total de US\$ 670 milhões de 1994 a 1999 no Prodetur Nordeste I.

Garibaldi quer agilizar exame de MP sobre dívidas agrícolas



Garibaldi Alves

Ao registrar que o setor agrícola nordestino continua enfrentando graves dificuldades, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apelou ao bom senso das lideranças do governo e da oposição no Congresso, para que a MP 285/06, que trata da renegociação de dívidas rurais, possa ser aprovada o mais breve possível.

O senador comentou que os agricultores estão temendo a repetição do que ocorreu com o PLC 4.514/04, aprovado por unanimidade pelo Congresso e vetado pelo presidente Lula. Por esse motivo, Garibaldi defendeu ampla negociação entre os produtores e o governo, para que não haja o risco de novo veto.

Situação dos produtores rurais nordestinos preocupa Valadares



Antônio C. Valadares

Temendo o veto presidencial, caso seja aprovado o Projeto de Lei de Conversão 16/06 – proveniente da MP 285/06 –, que renegocia dívidas dos agricultores na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu que, na tramitação da matéria no Senado, os parlamentares cheguem a um meio-

termo entre o texto original e o deliberado pela Câmara, em relação aos valores para a renegociação.

– É o momento de o Senado achar uma solução para a questão – disse o senador, preocupado com as conseqüências de um possível êxodo rural.



Alvaro contesta anúncio oficial de que órgão gerou déficit em 2006

Previdência tem superávit, afirma Alvaro

Ao informar que o governo anunciou um déficit de R\$ 38 bilhões da Previdência Social, no ano passado, Alvaro Dias (PSDB-PR) reafirmou que, ao contrário do número apresentado, o órgão gera superávit.

Conforme o senador, o resultado real foi um superávit de R\$ 78,8 bilhões. A diferença entre os dois cálculos é que o governo não incluiu nas receitas da Previdência o dinheiro arrecadado com a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).



Segundo Paim, quem mais perde na aposentadoria são as mulheres

Paim: fator previdenciário é perverso

Paulo Paim (PT-RS) votou a condenar, ontem, o fator previdenciário, implantado no país em 1999, no governo Fernando Henrique, que alterou a aposentadoria por idade. Para o senador, o mecanismo é perverso, à medida que reduz o valor do benefício dos aposentados e pensionistas.

Segundo Paim, os mais prejudicados são as mulheres, devido a um redutor de 41,5% nos seus benefícios em relação ao que elas teriam de direito. No caso dos homens, a redução é de 35%, informou.

Conforme proposta, juiz poderá determinar detenção no caso de descumprimento das penas de advertência e prestação de serviços à comunidade ou não comparecimento a programa educativo

CCJ aprova tratamento de usuário de droga e estímulo à prevenção

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou ontem substitutivo a projeto de lei que define medidas de prevenção ao uso de entorpecentes, sujeita os usuários a programas de tratamento nos serviços públicos de saúde e cria o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad).

A proposta, que dividiu a opinião dos senadores da comissão, estabelece que a autoridade judicial poderá determinar a detenção do usuário, no período de seis meses a dois anos, no caso de descumprimento das penas de advertência, prestação de serviços à comunidade ou comparecimento a programa educativo, de acordo com emendas de Demostenes Torres (PFL-GO), Magno Malta (PL-ES) e Eduardo Suplicy (PT-SP). A matéria será examinada pelo Plenário em regime de urgência, conforme pedido apresentado pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

Já aprovado anteriormente pelos senadores, o projeto (PLS 115/02) retornou ao exame da Casa em razão de substitutivo apresentado pela Câmara dos Deputados. O relator, Romeu Tuma (PFL-SP), salienta que o novo texto fixa diretrizes das políticas públicas sobre drogas, “incorporando novos valores ao enfrentamento de um problema tão complexo, como a adoção de penas menos estigmatizantes para o usuário de entorpecentes”.



Tuma (segundo à direita) diz que cadeia não é lugar apropriado para o usuário de entorpecente

O senador destaca que o projeto inclui os familiares do usuário nas políticas públicas de atenção e reinserção social, além de impedir a prisão automática do acusado de tráfico ilícito de drogas, como previa a proposição original. A prisão, afirmou o relator, não é o lugar apropriado para o usuário de entorpecentes, que deve ser alvo de medidas de caráter educativo, e não do encarceramento.

Juizados especiais

Tuma frisa que o projeto mantém o rito dos juizados especiais na avaliação dos casos de consumo indevido de drogas. Segundo ele, o encaminhamento do usuário ao juizado especial criminal segue a linha de não-estigmatização e da eficiente resolução dos conflitos de menor potencial ofensivo.

Outra emenda de Demostenes

Torres suprimiu do projeto artigo que incriminava as pessoas que, para consumo, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, cultivassem ou colhessem plantas destinadas à preparação de drogas.

Durante a votação da matéria, Jefferson Péres (PDT-AM) disse ser totalmente favorável à legalização das drogas. Conforme o senador, a repressão é um equívoco e viola o direito inalienável da pessoa humana de “fazer o que quiser da sua vida”. João Batista Motta (PSDB-ES) concordou com Péres. Já Ramez Tebet (PMDB-MS) observou que os usuários de entorpecentes merecem tratamento especial do Estado, enquanto Ideli Salvatti ressaltou a importância do debate de um tema polêmico.

Projeto impede má-fé em anúncio para aposentados

Projeto que proíbe as instituições financeiras de praticarem publicidade de má-fé para atrair aposentados ao sistema de empréstimos consignados em folha de pagamento recebeu, ontem, parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta, de iniciativa do senador José Jorge (PFL-PE) será submetida agora, para votação terminativa, à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Na justificativa do projeto (PLS 161/05), que teve como relator César Borges (PFL-BA), José Jorge ressaltou que, ao tomarem os empréstimos, os aposentados não são advertidos adequadamente da redução que haverão de sofrer em seus rendimentos. Segundo ele, tal fato ocorre com mais frequência entre a parcela menos esclarecida da população, para

quem o empréstimo será ineficaz diante das dificuldades e irá causar transtorno ainda maior nos meses subsequentes.

A CCJ também aprovou voto favorável de Edison Lobão (PFL-MA) a projeto que altera o Regimento Interno do Senado Federal (PRS 27/06). As modificações foram elaboradas por comissão especial presidida por Marco Maciel (PFL-PE) e visam impedir as trocas de partido pelos parlamentares e modificações na composição da Mesa.

Trânsito

Na mesma reunião, foi aprovado parecer favorável a projeto de autoria do deputado Beto Albuquerque (PSB-RS) e relatado pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) que altera o Código Brasileiro de Trânsito (CBT) e redefine as infrações por excesso de

velocidade. A comissão acolheu ainda voto favorável da relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), a projeto de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agentes comunitário de saúde e de combate às endemias (PLS 41/06).

Receberam votos favoráveis da CCJ outros três projetos: o PLC 85/05, que cria novos cargos efetivos no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ); o que fixa os efetivos do comando da Aeronáutica em tempo de paz, de autoria da Presidência da República (PLC 138/05); e o que altera a nomenclatura do cargo de papiloscopista da Polícia Civil do Distrito Federal (PLC 9/03), de autoria do então deputado federal, hoje senador, Paulo Octávio (PFL-DF).



Heloísa defende políticas para livrar crianças e jovens do crime

Heloísa cobra ações concretas contra violência

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) apontou ontem a “falsa polarização demagógica entre o tratamento das causas e a repressão dos efeitos” da violência. Para ela, a questão exige ações concretas e práticas nas duas frentes.

Heloísa afirmou que, ao mesmo tempo em que é fundamental que o país tenha um aparato de segurança pública eficaz, é fundamental investir em “políticas sociais para abrigar as crianças e os jovens antes que eles sejam tragados pelo crime organizado como último refúgio”.



Relatório lido por Virgílio diz que o número de assassinatos dobrou

Virgílio destaca aumento de mortes de índios

Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) registrou ontem, em discurso da tribuna, o relatório do Conselho Indigenista Missionário, segundo o qual o número de assassinatos de índios no país dobrou no governo Lula em comparação com o governo Fernando Henrique.

Em outro pronunciamento, o líder do PSDB afirmou que, “mais do que inacreditável, chega a ser ridícula a decisão do presidente Lula de ir, hoje, à capital do Amazonas para inaugurar a primeira solda do gasoduto Coari-Manaus”.



Wellington Salgado critica ataque de deputado a Renan Calheiros

Para Wellington, Gabeira foi injusto

Wellington Salgado (PMDB-MG) criticou o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) por ataque verbal feito ao presidente do Senado, Renan Calheiros, em sessão do Congresso ocorrida na terça-feira.

– Gabeira foi injusto com o presidente da Casa e utilizou expressões dignas do Primeiro Comando da Capital (PCC) – assinalou o senador, referindo-se a uma ameaça de sentido figurado usada pelo deputado na sua intervenção, a de que retrucaria uma atitude de Renan Calheiros “com muitos coquetéis molotov”.



Gilvam: Simon está querendo criar clima de desmonte do PMDB

Gilvam diz que PMDB não pode lançar candidato

Ao posicionar-se contra a decisão de Pedro Simon (PMDB-RS) de lançar seu próprio nome como candidato à Presidência da República, Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que o senador tem sido cruel e insistente querendo criar um clima nacional de desmonte do PMDB. Gilvam reclamou também de ataques que Simon estaria desferindo contra Renan Calheiros (AL), José Sarney (AP) e Ney Suassuna (PB).

– A verticalização obriga o PMDB a não lançar candidato à Presidência – explicou Gilvam.

Malta e Suplicy levantam dúvidas diante da dificuldade da depoente em reconhecer, nas imagens projetadas no telão, os citados como frequentadores da casa do Comendador

Sem provas, cozinheira denuncia ex-ministros e presidente do Sebrae

Sem apresentar provas, a cozinheira Zildete Leite dos Reis revelou à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos que os ex-ministros Antonio Palocci (Fazenda) e José Dirceu (Casa Civil), além do presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, foram duas ou três vezes, entre 2001 e 2002, à mansão do chefe do crime organizado em Mato Grosso, João Archanjo Ribeiro, o Comendador.

Zildete narrou ainda que Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, foi a Cuiabá procurar o Comendador para que este indicasse um pistoleiro para assassinar o então prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel. Ela disse que a trama para matar Celso Daniel, engendrada por Sombra, foi em razão de o ex-prefeito ter descoberto que



Efraim (D) acompanha depoimento da cozinheira que denuncia trama para matar Celso Daniel

havia corrupção na prefeitura.

Os senadores Magno Malta (PL-ES) e Eduardo Suplicy (PT-SP) levantaram dúvidas sobre o teor do depoimento de Zildete, já que a cozinheira titubeou em reconhecer

Paulo Okamoto em uma foto. O mesmo ocorreu quando foram exibidas as fotos de Sombra em um telão. O relator da CPI, Garibaldi Alves (PMDB-RN), disse que as denúncias precisam ser comprovadas.

“Percebi que ela disse a verdade”, relata Agripino

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), se disse indignado depois de ouvir o depoimento da cozinheira Zildete dos Reis, que servia na mansão do chefe do crime organizado de Mato Grosso, João Archanjo Ribeiro, o Comendador.

O depoimento, afirmou o senador, deixa a certeza de que o ex-ministro José Dirceu e o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) “saíram com malas pretas cheias de dólares”.

– Zildete também falou sobre a trama para assassinar o então prefeito de Santo André, Celso Daniel,



Agripino se diz convencido pela “maneira coerente” como a cozinheira falou à CPI

e, mesmo não coordenando tudo o que falava, percebi que ela dizia a verdade, pela maneira coerente com que ofereceu as informações à CPI

– observou o parlamentar.

Chapa

Agripino também registrou a realização de solenidade, na Câmara dos Deputados, que firmou o compromisso entre o PSDB e o PFL de formar chapa encabeçada pelo ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin, tendo como candidato a vice o senador José Jorge (PFL-PE), para disputar a Presidência da República. Agripino ainda criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter recebido ontem, no Palácio do Planalto, o ex-governador de São Paulo Orestes Quércia.

Tuma: Congresso deve investigar atividades da CIA

Romeu Tuma (PFL-SP) anunciou que apresentará requerimento à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência para convidar o “representante” da agência de inteligência dos Estados Unidos (CIA) no Brasil. Tuma quer ouvir dele se passou informações ao dirigente da empresa de investigações Kroll, Frank Holder, sobre o comporta-

mento de autoridades brasileiras na disputa entre fundos de pensão e o banco Opportunity pelo controle da Brasil Telecom.

A informação foi publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* e constaria de relatório preparado pelo dirigente da Kroll. A matéria não traz o nome do “representante da CIA” no Brasil. O senador afirmou que caberá à

comissão do Congresso entrar em contato com a embaixada norte-americana para obter o nome.

O senador informou ainda que enviará ofício ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, perguntando que providências ele tomou depois da reportagem da *Folha de S. Paulo*. “Isso é quebra de soberania”, lamentou.

Azeredo cumprimenta Exército pela defesa da fronteira

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) encaminhou ontem à Mesa pronunciamento em que comunica ao Senado o convite que recebeu do Exército brasileiro, na condição de vice-presidente da Comissão de Re-

lações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para conhecer o trabalho que vem sendo desenvolvido na região de fronteira da Amazônia.

Azeredo enalteceu a importância da atividade dessa equipe para a proteção

dos limites da nação, enfrentando o tráfico de drogas, armas e animais. Além disso, reforçou que a infraestrutura do Exército, que possui uma ampla rede de hospitais, é fundamental para as comunidades locais.



Ideli Salvatti elogia iniciativa do Ministério da Saúde

Ideli destaca campanha pelo parto natural

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), destacou o lançamento, ocorrido na terça-feira, pelo Ministério da Saúde, da Campanha Nacional de Incentivo ao Parto Normal e Redução da Cesárea Desnecessária.

Ao elogiar a iniciativa do governo, Ideli informou que, de cada 100 mil partos no Brasil, 74 resultam na morte da mãe, enquanto a média mundial é de 20 mortes para cada 100 mil partos. Diante desse quadro, disse a senadora, o assunto passou a ser tratado pelo Ministério da Saúde como emergencial.



Suassuna comenta crise na saúde na PB e nota de apoio do PMDB

Suassuna critica defasagem de tabela do SUS

Ney Suassuna (PMDB-PB) comentou a “situação catastrófica” vivida pelo setor de saúde na Paraíba. A crise tem afetado hospitais particulares de pequeno e médio porte, que não conseguem cobrir os custos de seus procedimentos com a defasagem da tabela do Sistema Único de Saúde.

Suassuna também registrou sua alegria com a nota divulgada pela bancada do PMDB manifestando solidariedade e confiança nas explicações que o senador deu no caso da compra irregular de ambulâncias com recursos de emendas.

Especialistas condenam tolerância cultural ao trabalho infantil

Convidados e parlamentares condenaram, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a tolerância cultural da sociedade brasileira com o trabalho infantil. Foram feitas duras críticas à concepção de que o trabalho precoce, além de ser solução aceitável para a superação da pobreza das famílias, contribuiria para o engrandecimento moral de quem é obrigado a passar pela experiência.

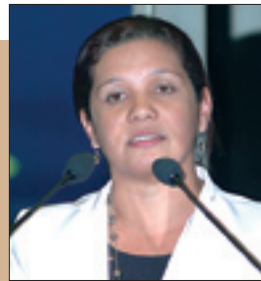
– Precisamos romper com essa falácia. Algumas autoridades até se vangloriam de ter sido trabalhadores quando crianças, na linha “eu trabalhei e olhem onde estou” – disse Pedro Américo, coordenador no Brasil do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da Organização Mundial do Trabalho (OIT).

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) também criticou os que “estufam o peito” para dizer que trabalharam na infância. Essas pessoas, como frisou, podem até comemorar o fato de terem passado pela experiência sem maiores danos, numa fase da vida crucial ao seu pleno desenvolvimento.

O debate reuniu representantes de organizações do mundo do trabalho e empresarial, além do Ministério Público do Trabalho. Maria Isabel da Silva, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), cobrou o fortalecimento dos conselhos municipais e estaduais de defesa da criança e do adolescente. Tais conselhos, salientou, podem funcionar como importante apoio na fiscalização e cobrança de políticas de combate ao trabalho precoce.

Representando a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Norma Avelar destacou as ações desenvolvidas pela entidade, entre as quais capacitação de cerca de 40 mil caminhoneiros para prevenir e combater a exploração sexual de adolescentes em estradas.

O presidente da CDH, Cristovam Buarque (PDT-DF), afirmou que a existência de crianças em trabalho precoce demonstra que a Lei do Ventre Livre ainda não tem validade prática no país. O senador fazia referência à lei do período imperial, aprovada 17 anos antes da Lei Áurea, que antecipava o fim da escravidão ao declarar livres todos os nascidos de mulher escrava.



Fátima defende aprovação de medidas que protejam jovens

Fátima pede ações em prol das crianças

Preocupada com a situação da população infanto-juvenil no Brasil, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) cobrou ontem a aprovação de medidas legais que visem atender às necessidades desse segmento.

A parlamentar lembrou que os protestos da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos movimentos sociais marcaram, no último dia 18, a passagem do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual, em virtude da não votação de projetos, que tramitam na Câmara dos Deputados, para punir com maior rigor as violações contra a sexualidade de crianças e jovens.

Fátima Cleide frisou que, embora as estatísticas não sejam muito seguras, as ocorrências de exploração sexual de crianças e adolescentes são gritantes e generalizadas no país. Em Rondônia, exemplificou, os casos identificados em 2005 pelo Programa Sentinela somam 511, quase o dobro de 2004.

A senadora também fez um balanço positivo da audiência pública conjunta realizada pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE), do Senado, na terça-feira, sobre violência na primeira infância, cujo objetivo era instruir o Projeto de Lei do Senado 340/05, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS). A proposição tem por finalidade instituir a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, em outubro, mês da criança.

Comissão aprova projeto de lei que assegura o direito aos trabalhadores menores de 18 anos e aos maiores de 50

Parcelamento de férias pode ser garantido a todos os trabalhadores

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo ao projeto de lei do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para assegurar aos trabalhadores menores de 18 e aos maiores de 50 anos a possibilidade de fracionarem suas férias. A matéria, que tramita em decisão terminativa da CAS, será submetida a um turno suplementar de votação no colegiado.

De acordo com a proposta (PLS 116/03), as férias poderão ser concedidas em até três períodos de no mínimo dez dias cada um, mediante acordo escrito, individual ou coletivo. Se a proposta for aprovada, os menores de 18 anos precisarão da assistência de seus responsáveis

para tomar decisão sobre o fracionamento das férias.

O relator do projeto, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), destacou que quase todas as convenções internacionais de trabalho prevêm a flexibilização das férias sem restrição a faixas etárias. Ele explicou que a proibição do parcelamento aos menores de 18 anos e aos maiores de 50 anos pode estar relacionada à idade com que as pessoas começavam a trabalhar e à expectativa de vida que prevalecia na década de 40, época da edição da CLT (Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943).

Para o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), nas atuais condições sociais, a flexibilização do período de férias é importante.



Audiência presidida por Cristovam (3º à esq.) reúne representantes da CNI, CNT e CUT



Antônio Carlos Valadares preside reunião da CAS em que vários projetos foram apreciados

ACM rebate Lembo e cita origem modesta

Mesmo sem fazer referência expressa ao governador de São Paulo, Cláudio Lembo (PFL), o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) respondeu à crítica de que agiria como “senhor de engenho”, feita por Lembo em debate na *Folha de S. Paulo*.

– Não tive essa felicidade e não vejo nada de errado se, no passado, alguém foi senhor de engenho – declarou.

Ao falar de suas origens, o parlamentar afirmou ter sido um estudante pobre, “filho de um professor universitário de grande valor, uma figura marcante, decente e das mais respeitadas na Bahia”.

Tourinho contesta propaganda do PT na Bahia

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) voltou a contestar anúncio publicitário do PT, veiculado por televisão da Bahia, que destaca os resultados do programa Luz para Todos naquele estado. O programa de eletrificação, segundo Tourinho, é apresentado “como se fosse uma grande invenção do governo Lula, o que não é verdade”.

Conforme o senador, o programa Luz no Campo, criado antes do governo Lula, realizou 653 mil ligações no meio rural entre 2000 e 2002, enquanto com o Luz para Todos houve 638 mil ligações entre 2004 e 2006.

Aprovada advertência em embalagens de bebidas para evitar contaminação

As embalagens de bebidas poderão conter a advertência “mantenha limpa”, de acordo com substitutivo ao projeto do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que terá de ser votado ainda em turno suplementar. O objetivo da medida é evitar contaminação do consumidor ao ingerir bebidas diretamente da embalagem. Ele adverte que, durante o transporte e armazenamento, as embalagens podem ficar sujas com detritos de insetos ou roedores.

O PLS 16/04, que receberá decisão terminativa da CAS, recomenda ainda que, se possível, as empresas acrescentem proteção adicional às embalagens. O relator, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE),

não concordou com a exigência do projeto original, que determinava a adição de uma tampa plástica a todas as embalagens de bebidas. Para o relator, a obrigação de tampa plástica adicional poderia criar dificuldades e muita confusão, do ponto de vista industrial.

Periculosidade

A CAS aprovou ainda, em turno suplementar, o PLS 82/03, que concede adicional de periculosidade aos carteiros. O projeto, do senador Paulo Paim (PT-RS), que altera o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), recebeu decisão terminativa da comissão.

Também foi acolhida, em turno suplementar e em decisão terminativa, proposta de Paim que dispõe sobre a profissão de ortoptista.

Comissão de Educação acolhe proposta que prorroga mecanismos para destinar recursos como apoio a projetos audiovisuais aprovados pela Ancine



A importância do setor cinematográfico para o desenvolvimento cultural e econômico do país foi destacada pelos senadores da CE

Incentivo fiscal para a indústria cinematográfica pode ir até 2010

Os incentivos fiscais para aplicação em fundos destinados ao desenvolvimento da indústria cinematográfica, que têm vigência até dezembro deste ano, poderão ser prorrogados até 2010. É o que prevê projeto do deputado Francisco Dornelles (PP-RJ) que recebeu parecer favorável da Comissão de Educação (CE) com base no voto do relator, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

O projeto (PLC 47/06) altera a Medida Provisória 2.228/01, que, por sua vez, modifica a legislação

que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual (Lei 8.685/93). A dedução prevista está limitada a 3% do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas e a 1% pelas empresas, desde que os projetos beneficiados sejam aprovados pela Agência Nacional do Cinema (Ancine).

De acordo com Francisco Dornelles, na justificativa da matéria, a aprovação do projeto não implicará redução de receita do governo federal, pois o incentivo fiscal já existe e está previsto no

Orçamento da União deste ano.

– Quanto aos anos subsequentes, basta que se considere a evolução das estimativas do exercício de 2006 – explica Dornelles.

Segundo Sérgio Cabral, a indústria cinematográfica é muito importante para o desenvolvimento da cultura no país, além de ser um dos elementos de incremento da identidade cultural. O relator lembrou ainda que os incentivos também aquecem a economia brasileira. O projeto será votado pelo Plenário do Senado.

Senado analisa meia-entrada em espetáculos culturais

A meia-entrada e a gratuidade em produções e espetáculos culturais serão discutidas em audiências públicas na Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, que funciona no âmbito da Comissão de Educação (CE). A proposta, do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), foi aprovada ontem pela CE, com o objetivo de subsidiar

a votação das várias proposições sobre o assunto que tramitam no Congresso. As datas das audiências ainda não foram marcadas, mas o primeiro debate será realizado em reunião conjunta da subcomissão com a CE.

Segundo Saturnino, os produtores de *shows* têm se queixado de abusos na concessão da meia-entrada, autorizada sem critério.

Para Sérgio Cabral, é preciso discutir a questão com cautela, pois esse benefício tem sido importante para estimular segmentos, como o dos idosos, a frequentar espetáculos culturais.

Pela importância do tema, Romeu Tuma (PFL-SP) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) propõem que o Congresso faça uma “análise criteriosa” dos projetos.

Sibá Machado lembra em Plenário o Dia do Geógrafo

Geógrafo formado pela Universidade Federal do Acre (Ufac), Sibá Machado (PT-AC) registrou, em Plenário, a passagem do Dia do Geógrafo, comemorado em 29 de maio.

O senador comentou o artigo “Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais – Contribuição para uma leitura geográfica dos movimentos



Formado em Geografia, Sibá registrou data comemorada em 29 de maio

sociais”, do professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Bernardo Mançano Fernandes. Segundo o professor, “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário

e contraditório de sistemas de objetos e de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Sibá Machado citou ainda o artigo “Dia 29 de maio e o Dia do Geógrafo. Mas o que significa ser geógrafo?”, do professor da Ufac Sílvio Simione da Silva. Para o docente, os profissionais devem rejeitar o uso das ciências geográficas “como ferramenta de alienação social”, de forma a transformar tal ciência “em instrumental para construção de uma nova realidade”.

Sugestões de músicos deverão se tornar propostas legislativas

Os senadores da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, da Comissão de Educação, defenderam ontem uma legislação que inclua a música na educação, assim como medidas sobre direito autoral, eleição direta para a Ordem dos Músicos do Brasil (OMB) e diversidade na programação musical das rádios, além da regulamentação do funcionamento desses instrumentos. Todas essas propostas foram formuladas por músicos e representantes do setor, presentes à audiência realizada na subcomissão, por requerimento de Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

Participaram dos debates a cantora e compositora Fernanda Abreu; o coordenador da Rede Social da Música, Egeu Laus Simas; o presidente do Sindicato dos Músicos da Bahia, Sidnei Bonfim de Jesus; o mestre em Etnomusicologia Alexandre Hees de Negreiros; a coordenadora do

Núcleo Independente de Música do Rio de Janeiro, Cristina Gomes Saraiva; o compositor Ricardo Breim; e o cantor Gabriel o Pensador, entre outros artistas.

Roberto Saturnino (PT-RJ) afirmou que o Congresso deverá formular proposições para aperfeiçoar a legislação e poderá também propor modificações na chamada prática do “jabá”, justamente para evitar que somente um grupo privilegiado de artistas tenha o domínio da mídia.

Iris de Araújo (PMDB-GO), José Jorge (PFL-PE), Wellington Salgado (PMDB-MG) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) defenderam as propostas dos artistas. Já Magno Malta (PL-ES), que é músico, destacou que somente o fim dos impostos sobre o produto dos músicos, particularmente o CD e o DVD, poderá acabar com a pirataria. Sua proposta recebeu apoio do senador Cristovam Buarque (PDT-DF).



Sérgio Cabral (C) coordena audiência pública com músicos e representantes do setor

Aelton destaca lançamento de obra sobre andarilhos

Aelton Freitas (PL-MG) destacou o lançamento, na Biblioteca Luiz Viana Filho, do Senado, do livro *O andarilho – quem é ele?*, do uberabense João Eurípedes Sabino, que busca chamar atenção para a falta de assistência da qual são vítimas os andarilhos que percorrem o Brasil. De acordo com Aelton, a obra também mostra a lógica que move as atitudes do andarilho, que não deve ser confundido com o morador de rua.

O senador disse que o livro é o resultado de um estudo inédito construído em oito anos de pesquisas. Ele ressaltou que Sabino visitou familiares de andarilhos e apurou dados em hospitais, presídios e institutos médico-legais.

Homenagens ao jornalista Daniel Herz

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Paulo Paim (PT-RS) e Ideli Salvatti (PT-SC) homenagearam em Plenário, ontem, o jornalista Daniel Koslowski Herz, falecido aos 51 anos na terça-feira. Gaúcho, Daniel Herz foi presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), fundador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e ficou famoso ao publicar, nos anos 80, o livro *A história secreta da Rede Globo*.

Suplicy, Paim, Pedro Simon (PMDB-RS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) apresentaram à Mesa do Senado requerimento de voto de pesar e condolências aos familiares do jornalista.